



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681024 - SP (2021/0224233-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
EDUARDO CIACCIA RODRIGUES CALDAS - SP349334  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : KLIBHER ALFREDO ALTAMIRANO TUESTA (PRESO)  
**CORRÉU** : RUBEN QUINO TARAZONA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KLIBHER ALFREDO ALTAMIRANO TUESTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (APELAÇÃO CRIMINAL nº 0002873-66.2019.8.26.0079).

O paciente foi condenado, por decisão confirmada em sede de Apelação, a 7 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão, pela prática do crime descrito no art. 33, “caput”, c/c art. 40, incs. III e V da Lei n. 11.343/06, em regime inicialmente fechado.

Alega o impetrante que os fatos imputados ao ora paciente se tratam, na verdade, de tráfico privilegiado, uma vez que inexistem indícios de que se dedicaria à traficância. Defende que os argumentos esposados para denegar a aplicação do §4º do art. 33 da Lei n. 11.343/06 se fundamentam apenas na quantidade de droga apreendida e na circunstância de usar de transporte público para ingressar no território nacional, quando tais fatos demonstrariam, na verdade, que o paciente seria apenas uma “mula” do tráfico. Irresigna-se ainda quanto à fixação de regime fechado para o início do cumprimento da pena, haja vista que a gravidade do delito não se configura motivação idônea a justificar o regime mais gravoso.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que se suspenda a execução da pena, ou para que o ora paciente aguarde em prisão domiciliar o julgamento deste *writ*. No mérito, pugna pela aplicação da causa de diminuição da pena do §4º do art. 33 da Lei n. 11.343/06, fixando-se regime aberto; subsidiariamente pela substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, ou, ainda, pela concessão do regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente